

## **Comunicação e a partilha de saberes em comunidades do Corredor Carajás<sup>1</sup>**

Larissa Pereira Santos<sup>2</sup>  
Célia Regina Trindade Chagas Amorim<sup>3</sup>  
Universidade Federal do Pará, Belém, Pará

### **RESUMO**

Este artigo problematiza a ideia de resistência compartilhada em práticas comunicativas de comunidades do Corredor Carajás, na Amazônia maranhense. O Corredor Carajás é uma extensão ferroviária que inclui a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e afeta os estados do Pará e Maranhão, na Amazônia brasileira. Realizamos pesquisa bibliográfica e entrevista narrativa à luz de Luís Mauro Sá Martino (2016) com uma moradora de uma comunidade situada no Corredor, para demarcar um estudo de caso. Os primeiros achados indicam que os saberes sobre resistência manifestam um conhecimento teórico-prático vinculado às histórias de vidas das pessoas, à natureza e às relações coloniais que se estabeleceram nas comunidades do Corredor Carajás.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Comunicação; Partilha; Resistência; Amazônia; Corredor Carajás.

### **INTRODUÇÃO**

A problemática que guia a presente discussão é: como se constitui a ideia de resistência compartilhada através de práticas comunicativas em comunidades do Corredor Carajás, na Amazônia maranhense? Para dar conta de responder essa questão partimos da hipótese de que comunidades afetadas por projetos de mineração, a exemplo do Corredor Carajás, compartilham inúmeros saberes, sentidos e significados que precisam ser compreendidos e colocados em debate; dialogados com a academia e a sociedade.

O presente artigo aborda o significado de Corredor Carajás como uma extensão que inclui a Estrada de Ferro Carajás (EFC), mas também inclui diversos outros elementos: rios, florestas, comunidades, territórios, pessoas, natureza, ferrovias, portos,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho 1: Análise da situação política atual e desafios quanto à criação de narrativas amazônicas, evento integrante da programação do 21º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 22 a 24 de maio de 2024.

<sup>2</sup> Mestra e Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará - PPGCom -UFPA. Integrante do Grupo/Projeto de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (CNPq-UFPA) e do projeto Cidadania Comunicativa: desafios, lutas e direitos compartilhados na Amazônia. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Email: lariiperoxo@gmail.com

<sup>3</sup> Professora/pesquisadora da Universidade Federal do Pará, Facom-PPGCOM. Vice-coordenadora do PPGCOM-UFPA. Doutora e mestre em Comunicação pela PUC/SP. Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Coimbra. Coordenadora dos projetos Cidadania Comunicativa: Luta por direitos nas periferias da Amazônia/ Mídias Alternativas na Amazônia e do Grupo Cidadania Comunicativa e Educação: Lutas por direitos na Amazônia (CNPq/UFPA/Facom/PPGCOM). celiamorim@ufpa.br.

minas, etc. “O termo Corredor Carajás se refere a toda a região cortada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), das minas (na Serra dos Carajás, em Parauapebas – PA) e do Projeto S11D (em Canaã do Carajás – PA) até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (em São Luís – MA)” (Medonça, et al, 2021, p. 141).

O Corredor Carajás e os conflitos relacionados a ele geram processos de lutas e resistências que são compartilhados através de práticas comunicacionais. Paulo Freire (1983) aborda a comunicação como uma ação baseada no diálogo, no encontro entre sujeitos, que, a partir de laços de pertencimento e da busca pela transformação social, criam reciprocidades e lutam pelo direito de serem ouvidos. Com isso, no ato do encontro, os sujeitos vislumbram “a significação dos significados”. Na perspectiva freiriana, o diálogo é condição básica para o ato comunicativo. (Freire, 1983, p. 45).

Luís Mauro Sá Martino (2016) defende o ato comunicacional como uma forma de encontro com o outro, um processo de alteridade que gera relações entre identidades e diferenças. Para ele, no ato comunicativo está ligado a visões de mundo que podem ser compartilhadas através de narrativas.

Como o autor (2016) pensa aspectos da epistemologia da comunicação a partir das características do ato narrativo, achamos pertinente um diálogo teórico neste artigo, já que o nosso desafio é compreender relações entre as pessoas de comunidades afetadas pela mineração. Além disso, esse diálogo se faz importante porque o autor (2016) defende o ato comunicativo (através da narrativa) como responsável pela elaboração de identidades pessoais e comunitárias.

O ato de “compartilhar”, resgatando um dos sentidos do verbo “communicare” implica necessariamente que o espaço de ligação entre os dois (ou mais) termos seja preenchido pela atribuição mútua de sentido – ainda que isso não aconteça de maneira idêntica – a um determinado fenômeno, o que demanda, ainda que em um nível mínimo, a compreensão do outro a respeito do que se está compartilhando (Martino, 2016, p.44).

O ato de comunicar se constitui assim, como uma forma de conhecimento e de compreensão do mundo. O que as sujeitas e sujeitos envolvidos em contextos de projetos de mineração compartilham representa o conhecimento de quem fala a partir de um grupo ou comunidade específica e, portanto, representa níveis de conhecimento e partilha de saberes importantes para explicarmos como se dão os grandes projetos de mineração na Amazônia.

A compreensão da comunicação como processo de interação social, como fenômeno que acompanha mudanças sociais, culturais e políticas possibilita discussões epistemológicas que levem em consideração diferentes saberes. Tais saberes partem das experiências vividas e sentidas, das relações entre os seres, das conexões com o ambiente, etc.

Para Wolton (2010, p.17) “viver é se comunicar e realizar trocas com os outros do modo mais frequente e autêntico possível. O ideal da comunicação está evidentemente ligado ao compartilhamento, aos sentimentos, ao amor”. Mais abaixo vamos entender como a relação, os sentimentos, a espiritualidade e o amor estão na base de processos comunicativos e de geração de conhecimento com a constituição da ideia de resistência partilhada por uma moradora de uma comunidade do Corredor Carajás, no Maranhão.

Para relacionar a constituição de novos saberes com práticas comunicacionais, partindo do pressuposto de que tal relação é intrínseca. O que tentamos defender é como as práticas comunicacionais nos ajudam a identificar a constituição de ideias, sentidos e saberes.

### **“A RESISTÊNCIA É O PODER DE FORÇA DA TERRA”**

A partir de uma entrevista narrativa baseada em Martino (2016), com Anacleta Pires da Silva, uma mulher preta quilombola que vive no Território Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, respondemos o objetivo do presente artigo, mas ressaltamos que as discussões pontuadas aqui não estão fechadas ou acabadas. Processos comunicativos e de conhecimentos estão sempre em transformação.

O Corredor Carajás, enquanto projeto de desenvolvimento gera conflitos, resistências, lutas, mas também gera relações de afetos, construção de saberes, ressignificação de palavras e ideias com aqueles que estão inseridos nesses conflitos. O exemplo da constituição da ideia de resistência trazido aqui é um exemplo de como conhecimentos já compartilhados podem ser ressignificados. Anacleta Pires é uma mulher quilombola que se formou em Pedagogia do Campo e se transformou em uma

liderança comunitária, conhecida por compartilhar sua visão contra os grandes projetos rodoviários, ferroviários, de energia e de agronegócio. Ela própria se intitula como:

Mulher negra, quilombola, educadora popular, defensora popular de direitos humanos e da natureza, lavradora, poetisa, cozeira, compositora e cantora, instrumentista, nascida e criada no Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim/Maranhão (Silva; Santos; Lopes, 2022, p. 175).

A ideia de resistência para a entrevistada se relaciona não só com a experiência de vida individual, mas com as experiências coletivas e a conexão entre seres humanos e natureza. “Resistencia é manter respeitos vitais a partir da terra. Quando nós entender que a resistência que se fala é o poder de força da terra, a gente consegue nos entender para poder entender o outro”<sup>4</sup>.

Resistência é abordado aqui não como uma prática de confronto, mas como uma experiência vital, que depende da natureza e de tudo que existe nela. Essa abordagem rompe com um ciclo de entendimentos que compreende o conceito de resistência dentro de uma ação específica, muitas vezes inserida em atividades como atos, manifestações confrontos físicos entre diferentes pessoas, dentre outros.

“A gente vai se encontrar parte da terra (nos entendendo massa), parte da água (nos entendendo líquido) e parte da floresta (nos entendendo vida), nos comparar com a mangueira que também é terra, que também é água, a gente vai tá se fazendo conexão vital porque a vida que a terra permite não está só nos corpos ditos humanos, está em tudo que dá vida”<sup>5</sup>.

A partir das experiências da Anacleto Pires entendemos a resistência como um modo de vida, que se configura desde o nascimento da pessoa. Segundo ela, é preciso entender os significados das palavras e o poder que elas têm a partir dos saberes que são repassados pelas comunidades tradicionais e povos originários, pois eles são cuidadores da terra, e os saberes que são passados por eles estão dentro de uma compreensão do pertencimento. Por outro lado, ela revela que a hegemonia impõe uma narrativa que sustenta um projeto de morte nessas comunidades:

“As palavras de garrancho ela não descreve sentimento, até por conta disso é dizer que não descreve porque o que se escreve no garrancho é para satisfazer vontade daqueles que conseguem manipular, falsificar a vida, que é os que dominam o projeto da morte”<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Pires, entrevista concedida à pesquisadora. São Luís – MA. 23 de julho de 2023.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Por meio desse entendimento, está implícita a questão de poder que é utilizado pelos que representam os grandes empreendimentos, nesse caso, das empresas que se instalaram no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos e passaram a fazer parte das experiências de vida da Anacleta e das pessoas que convivem com ela. Trata-se de um poder que ignora as pronúncias amazônicas como diz Amorim (2023, p.4).

Pronúncias existências amazônicas como constituintes do bem viver coletivo, com ênfase no direito à palavra de povos e de grupos em processos de luta na(s) Amazônia(s) para protagonizar futuros outros com modos, cosmovisões, histórias, cultura e cidadanias próprias, diversas e plurais.

Os projetos de mineração na Amazônia maranhense fazem parte do “projeto de morte” referenciado pela entrevistada, como um “tratado de destruição da terra”, que apenas retira o que mina da terra. Por outro lado, é possível compreender que resistência necessariamente passa pela relação e vivência com a terra. Dá para compreender que a relação ancestral e comunitária de quilombo é condição essencial para esse entendimento e que a proteção da vida passa pela proteção da Terra. Trata-se de um entendimento que não desvincula a natureza das pessoas e coloca –a como essencial para a construção de uma visão de mundo.

Martino (2016) reforça que a possibilidade de contar algo sobre sua vida, de narrar suas experiências a partir de suas subjetividades pode ser entendida como uma forma de resistência cultural e política, bem como para a afirmação de uma identidade. Aqui o sentido de resistência está inserido no caráter relacional, comunicacional e interacional entre pessoas e natureza, o que reforça a ideia de elaborar conhecimentos através de práticas de comunicação.

“Quando a gente fala da resistência na contraposição do que mata, a gente tá do meio pro fim porque nós temos princípios vitais e foi um paraíso criado. A resistência é um processo de vida, resistir é viver, por isso que eles não querem que a gente viva.”<sup>7</sup>

As experiências de luta da Anacleta Pires são importantes para entendermos a constituição da ideia de resistência dentro de uma concepção ancestral, comunitária e coletiva. Desse modo, o presente estudo destaca que é preciso “reconhecer, de forma mais profunda, a diversidade de saberes ancorados nas experiências de luta de grupos sociais que viveram múltiplas e sistemáticas situações de injustiça, opressão e destruição” (Meneses, 2020, p. 1067).

---

<sup>7</sup> Pires, entrevista concedida à pesquisadora. São Luís – MA. 23 de julho de 2023.

Percebemos uma similaridade entre os saberes da entrevistada, explicando o conceito de resistência, e os saberes de Davi Kopenawa, no seu livro “A queda do céu” (2015), que equipara a vida e o saber de uma árvore aos saberes humanos. Os projetos considerados de desenvolvimento na Amazônia, ao enaltecerem a natureza enquanto recursos que devem ser explorados ignoram os saberes comunitários, locais e os próprios saberes não-humanos. Essa é uma “regra que segue até os dias atuais e que vem sendo cultivada desde os tempos coloniais: um discurso que torna invisíveis as pessoas e suas culturas e outro que enaltece os recursos naturais” (Dutra, 2022).

A resistência vital apresentada aqui leva-nos ao desafio de construir novos conhecimentos, elaborar novos conceitos e ressignificar aqueles que são criados em detrimento dos direitos humanos e da natureza e pensar uma Amazônia de dentro. A experiência de Anacleto nos ajuda a construir esse processo.

## CONSIDERAÇÕES

Processos comunicativos e de conhecimentos estão sempre em transformação. O que temos é uma partilha de saberes a partir das experiências de vida de uma mulher quilombola, maranhense, afetada por grandes projetos de “desenvolvimento”. O Corredor Carajás, enquanto projeto de desenvolvimento gera conflitos, resistências, lutas, mas também gera relações de afetos, construção de saberes, ressignificação de palavras e ideias com aqueles que estão inseridos nesses conflitos.

Cabe ressaltar que é importante fazer esse diálogo entre diferentes saberes, uma brecha que esse artigo precisa preencher, mas o destaque ao saber comunitário é uma postura também intelectual e política. Ela está assentada no que Amorim (2021, p. 4) diz que na Amazônia: nações europeias e norte-americanas sempre impuseram o seu pronunciar as palavras ao mundo para os habitantes desses territórios invadidos, tomando de forma violenta a palavra”.

Os saberes sobre resistência quem vem das comunidades manifestam um entendimento que é prático e teórico ao mesmo tempo, que olha para as lutas e enfrentamentos contra projetos de mineração, de energia, do agronegócio e são refletidos pelas mentes de distintas pessoas. Esses saberes não estão desintegrados das histórias de vidas dessas pessoas, tampouco da natureza e das relações coloniais que se estabeleceram na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. Da pronúncia da dominação às pronúncias existências Amazônicas como constituintes do Bem Viver coletivo. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. 32º Encontro Anual da **Compós**, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo - SP. 03 a 07 de julho de 2023.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Edito Perspectiva, 1982.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2015.

DUTRA, Manuel. **A Amazônia como campo de trabalho jornalístico**. Disponível em: <http://blogmanueldutra.blogspot.com/2022/06/a-amazonia-como-campo-de-trabalho.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - **FIDH**. Brasil: quanto valem os direitos humanos? [S.l.]: FIDH, 2011.

FREIRE, P. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martín W. **Entrevista Narrativa**. s.d.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Comunidades do Corredor Carajás, no Maranhão, se preparam para participar do FOSPA 2022**. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/comunidades-do-corredor-carajas-no-maranhao-se-preparam-para-participar-do-fospa-2022/>. Acesso em: 24/jun 2023.

KOPENAWA, Davi; Bruce, Albert. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.

MARTINO, L. M. S. **De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade**. Parágrafo, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 40-49, jan./jun. 2016.

MENESES, Maria Paula. **Desafios à descolonização epistêmica: práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 10, n. 3, set.- dez. 2020, pp. 1067-1097.

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 2, n. 3, p. 18-41, jul./dez. 2005.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.